

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

**Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura
e Sociedade (CPDA)**



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

Área Temática: Reforma Agrária

Período de Análise: 01/01/2014 a 31/01/2014

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Carta Capital

Estagiária: Yohanan Barros

Índice

Caminho obrigatório. Valmir Assunção – O Globo, Opinião. 01/01/2014.....	3
Modernização rural – O Globo, Opinião. 01/01/2014	4
Em ano ruim para a Reforma Agrária, agronegócio tem saldo de US\$ 83 bi. Daniele Silveira – Site do MST. 15/01/2014	5
Governo Federal e movimentos sociais debatem fortalecimento da reforma. Roberta Paola – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 15/01/2014 ..	6
Incra assina primeiro contrato do Minha Casa, Minha Vida para assentados na Bahia – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 17/01/2014	6
Rumo a seu 6º Congresso, MST defende novo tipo de Reforma Agrária. Rafael Soriano – Site do MST. 27/01/2014	7
Medidas da presidenta Dilma inovam a reforma agrária – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 27/01/2014	9
MST, 30 anos: muito além da distribuição de terras. Igor Carvalho e Glauco Faria – Site do MST. 28/01/2014	13
Incra/SE assegura primeiros imóveis em 2014 para a criação de assentamentos – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 31/01/2014 ..	17

Caminho obrigatório. Valmir Assunção – O Globo, Opinião. 01/01/2014

Alguns querem nos convencer que, com o avanço do agronegócio, a democratização das terras no Brasil não é importante. Respondo a isso dizendo que nunca a reforma agrária foi tão necessária. O agronegócio, como modelo de desenvolvimento para o campo, não é capaz de alimentar o povo brasileiro e nem de garantir a qualidade do que produz. Por causa desse modelo, o Brasil é campeão de consumo de venenos agrícolas, cuja importação saltou de US\$ 259 milhões no ano 2000 para US\$ 2,2 bilhões em 2012. É o agronegócio também que está no topo da lista suja do trabalho escravo.

O IBGE nos mostra que a necessidade de importação elevou os custos dos alimentos, que têm seus preços balizados pelas variações do dólar. Só em outubro, foi uma alta de 1,03%. Dados da Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra) mostram que, de 1990 para 2011, as áreas plantadas com alimentos básicos como o arroz, feijão, mandioca e trigo declinaram, respectivamente, 31%, 26%, 11% e 35%. As de produtos nobres do agronegócio exportador, como a cana de açúcar e a soja, aumentaram 122% e 107%.

Por outro lado, Abra e IBGE dizem que mais de 70% dos alimentos consumidos pela população brasileira vêm da agricultura familiar. É também mérito da agricultura familiar a absorção de 74% da mão de obra empregada. No entanto, esses agricultores ocupam somente 24% das terras agricultáveis no Brasil e recebem apenas 14% dos créditos disponíveis, o que revela um contrassenso de prioridades.

Se quisermos uma sociedade que prime pelos direitos básicos, como saúde, alimentação, segurança alimentar e nutricional, a solução está na democratização da terra. O governo traz para o debate e para a ação dos órgãos responsáveis a necessidade do desenvolvimento dos assentamentos instituídos, com a qualificação de ações como o Luz Para Todos, crédito para produção, assistência técnica. No entanto, precisamos ter em mente que reforma agrária é, prioritariamente, a democratização da propriedade da terra, ou seja, trabalhar para a desconcentração fundiária no Brasil, cujo índice de Gini de mais de 0,85 é equiparado ao período da ditadura militar.

A concentração significa fome e a exclusão de mais de 3,8 milhões de camponeses de qualquer política pública estruturante, cuja consequência de curto prazo é o êxodo, inchando, desta forma, as periferias das grandes cidades. Hoje, são, pelo menos, 150 mil famílias acampadas em todo o Brasil, muitas delas há mais de dez anos na luta e resistência para o acesso ao meio de produção, a terra.

A distribuição da terra é urgente não só no aspecto socioeconômico, mas também diante do princípio da democracia. Os dados não deixam nenhuma margem para dúvidas. O caminho para o desenvolvimento sustentável, inclusivo e viável para a sociedade brasileira passa, necessariamente, pela reforma agrária.

Valmir Assunção é deputado federal (PT-BA)

Modernização rural – O Globo, Opinião. 01/01/2014

Tema eterno na agenda nacional de debates, a reforma agrária é assunto quase sempre intoxicado por viés político. Daí ser de difícil mediação o conflito entre apoiadores e opositores da distribuição de terras. Bandeira inicialmente relacionada a forças políticas de esquerda, esta reforma também foi abraçada por conservadores, tendo frequentado até mesmo programas de governo na ditadura militar.

Como a paixão ideológica costuma sacralizar assuntos, a palavra de ordem da “reforma agrária” foi convertida em mantra com a redemocratização, reforçada com a chegada do PT ao Planalto, em 2003, em cujo comboio político estavam “organizações sociais” como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e similares.

Passados quase 12 anos com o PT no principal gabinete do Palácio do Planalto, o mantra se mantém. Mesmo que nas últimas décadas a agricultura brasileira tenha passado por uma modernização revolucionária, a ponto de superar a necessidade da reforma agrária como pensada no século passado.

Uma das vigas de sustentação desta mudança foi a criação da Embrapa, nos governos militares, laboratório estatal de desenvolvimento de tecnologias agrícolas. Na década de 70, com ajuda japonesa, o Cerrado, uma vasta região semiárida no centro do país, foi domada e, assim, a fronteira agrícola da produção, principalmente de grãos, avançou rumo à Amazônia.

Soja, seus derivados, e milho, entre outros, ligaram o interior do Brasil aos preços internacionais. A modernização se espalhou e o antigo “latifúndio improdutivo” foi atingido pelas ondas de choque da agricultura capitalista. Ao mesmo tempo, como é natural no processo de desenvolvimento, aumentou a migração para as cidades.

Eis por que as organização dos sem terra enfrentam dificuldades em encontrar pessoas que de fato queiram — e saibam — explorar a terra. Mesmo filhos de famílias que vivem em assentamentos sonham com uma vida urbana.

A evolução da agropecuária foi tal que o chamado agronegócio passou a ser o setor mais dinâmico da economia brasileira. Realizou-se a ideia, quase um chavão, do “Brasil, celeiro do mundo”.

A contribuição da atividade na captação de divisas é indiscutível. Em 2013, por exemplo, quando, na melhor hipótese, a balança comercial terá fechado em equilíbrio, de janeiro a setembro as exportações totais recuaram 1,6%; já as do agronegócio avançaram 9,5%. O setor havia contribuído com 44% de todas as vendas ao exterior. Com a indústria em fase de baixa capacidade de competição externa, as exportações agropecuárias é que compensam o problema, e com sobras, até para financiar a importação de alguns alimentos, como trigo.

E não há qualquer contradição entre extensas áreas de cultivo, como precisam ser algumas (grãos), e a chamada agricultura familiar, também beneficiada pelo agronegócio.

Em ano ruim para a Reforma Agrária, agronegócio tem saldo de US\$ 83 bi. Daniele Silveira – Site do MST. 15/01/2014

Da Radioagência NP

Plano Safra 2013/2014 da agricultura familiar representa pouco mais de 20% em relação ao que é destinado ao agronegócio. Soja foi campeã das exportações, ficando a frente da carne e do milho.

Em 2013, o agronegócio registrou superávit de US\$ 82,91 bilhões. Os dados divulgados pelo Ministério da Agricultura na última terça-feira (13) confirmam a opção do Brasil por esse modelo de produção agrícola, que alcançou perto de US\$ 100 bilhões em exportações.

O complexo soja (óleo, farelo e grão) atingiu os maiores índices (US\$ 30,96 bilhões), ficando responsável por 31% das exportações. Em seguida aparecem as vendas externas de carnes (US\$ 16,80 bilhões), com destaque para a carne bovina. O milho ficou na terceira posição, cujas vendas somaram US\$ 6,25 bilhões.

Se por um lado, a rentabilidade do agronegócio foi um sucesso, não se pode dizer o mesmo da agricultura familiar. Em balanço do ano de 2013, o integrante da coordenação nacional do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), João Paulo Rodrigues, destacou que o Plano Safra 2013/2014 da agricultura familiar representa pouco mais de 20% em relação ao que é destinado ao agronegócio.

Rodrigues ainda ressaltou que “as grandes exportações de commodities promovidas por esse setor permitem ao governo a manutenção da política de geração sistemática de superávit primário, garantindo o destino de recursos orçamentários para o setor financeiro, como o pagamento de juros e serviços da dívida pública”.

Na mesma linha, o coordenador da Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida, Cléber Folgado, avalia que 2013 foi um ano de prosperidade para tudo que está ligado à cadeia produtiva do agronegócio.

“Dois mil e treze foi um ano que a gente podia dizer que para os transgênicos e os agrotóxicos e para aqueles que defendem esse modelo, o agronegócio, as transnacionais, foi um ano bastante vitorioso. Na pauta dos transgênicos nós tivemos alguns projetos que estavam para ser votados na CTNBio e foram adiados. A gente conseguiu alguns adiamentos nesse período. Por outro lado, a gente viu aumentar as áreas plantadas com transgênico.”

Governo Federal e movimentos sociais debatem fortalecimento da reforma. Roberta Paola – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 15/01/2014

O ministro-interino do Desenvolvimento Agrário (MDA), Laudemir Müller, se reuniu, nessa terça-feira (14), com representantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e da Via Campesina.

O encontro teve como foco a construção de uma agenda comum para fortalecer os assentamentos da reforma agrária. A reunião ocorreu no Assentamento Capela de Santana, situado no município de Nova Santa Rita, a 30 quilômetros da capital gaúcha, Porto Alegre.

“No fim do ano passado, a presidenta Dilma Rousseff anunciou um conjunto de medidas para ampliar a reforma agrária. As ações incluem a destinação de mais áreas para assentar agricultores familiares e a renegociação de dívidas dos assentados, temas que discutimos conjuntamente”, disse Laudemir. “Também debatemos a maior participação dos assentados no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), um importante instrumento de geração de renda para os agricultores familiares”, considerou o ministro-interino.

A ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello, e o presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Carlos Guedes, também participaram da reunião.

Incra assina primeiro contrato do Minha Casa, Minha Vida para assentados na Bahia – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 17/01/2014

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária da Bahia (Incra/BA), em parceria com a Caixa Econômica Federal, assina o primeiro contrato do Minha Casa, Minha Vida para assentados da Reforma Agrária na Bahia. O ato, que irá beneficiar 62 famílias de trabalhadores rurais, será na terça-feira (21) no assentamento Rio das Rãs, localizado no município de Bom Jesus da Lapa, território de identidade Velho Chico.

Segundo o Chefe de Infraestrutura da Superintendência Regional do Incra/BA, Carlos Borges, o valor investido é de R\$28 mil por unidade, com um ano de carência. Após este primeiro ano, a família beneficiada deve pagar contrapartida de 4%, o que representa R\$285 por ano. “As obras de construção das casas estão prevista para começar em fevereiro deste ano, e o prazo para a entrega dos imóveis é de um ano”, esclarece Borges.

O Minha Casa, Minha Vida Rural é um programa do Governo Federal que tem como objetivo de levar casas de qualidade para assentamentos da reforma agrária no Programa Minha Casa, Minha Vida.

O Superintendente Regional do Incra, na Bahia, Luiz Gugé, ressalta que este é um passo muito importante para a operacionalização do Programa que leva moradia digna a milhões de trabalhadores em todo o Brasil.

Entenda o MCMV para os assentados

Os assentados contemplados no Minha Casa, Minha Vida para as famílias beneficiárias pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) serão enquadrados no chamado Grupo 1, que recebe o maior subsídio do programa, de 96% sobre o valor da casa. As famílias beneficiadas vão pagar apenas 4% do valor financiado, em quatro parcelas anuais, no valor médio de R\$ 280. O MCMV é coordenado pelo Ministério das Cidades e as modalidades voltadas para os assentados contam com o Banco do Brasil (BB) e com a Caixa Econômica Federal (CEF) como agentes financeiros autorizados.

O valor do financiamento é de R\$ 28,5 mil para o Brasil, mais R\$ 1 mil para assistência técnica; R\$ 30,5 mil para a região Norte (em razão da dificuldade de logística); R\$ 28,5 mil podendo ser acrescido de até R\$ 2,5 mil, em aporte do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), para construção de cisternas, destinado ao Semiárido brasileiro ou outra região em situação de seca.

Atribuições do Incra

O Incra é responsável pela indicação das famílias, bem como pela viabilização da infraestrutura, como: abastecimento de água, luz e estradas. Nesse sentido, uma das tarefas é verificar a situação ocupacional dos lotes.

Rumo a seu 6º Congresso, MST defende novo tipo de Reforma Agrária. Rafael Soriano – Site do MST. 27/01/2014

Nos dias 10 a 14 de fevereiro, mais de 15 mil militantes do MST estarão reunidos em seu VI Congresso, em Brasília. A instância máxima de direção do Movimento se debruçará sobre as táticas e estratégias na atual conjuntura para a consolidação da luta por uma Reforma Agrária Popular.

Passados 30 anos da fundação do MST, as configurações do campo brasileiro sinalizam para a agudização das contradições sociais que se acumulam como uma dívida histórica, desde a concentração das terras como mercadorias em oligopólios privados, a continuidade da expulsão do homem e da mulher do campo para inchar as grandes cidades, bem como a inundação de agrotóxicos que o modelo do agronegócio despeja anualmente nas mesas de cada brasileiro.

Sinais claros dessas contradições estão expressos nas cifras de acampados hoje à espera de acesso à terra, que ultrapassa as 186 mil famílias, segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

Tão alarmante quanto é a quantidade de veneno ingerida por cada pessoa no Brasil hoje através da alimentação contaminada: uma média de 5,2 litros ingeridos por pessoa ao

ano, segundo o Instituto Nacional do Câncer (Inca). Isto para não mencionar a existência no Brasil de trabalho em condições análogas à escravidão em pleno século XXI, sustentado dentro das cercas de latifúndios país afora.

Esta situação sustenta o questionamento às promessas do desenvolvimento capitalista no campo brasileiro, engendrado desde os governos militares através do pacote tecnológico implantado impositivamente nos países do Sul.

“O período da ditadura teve como um dos seus eixos a implantação do que se chamou de Revolução Verde. Com a ‘modernização’ da agricultura, introduziu-se um pacote de máquinas, químicos e tecnologias, além de uma série de medidas, dentre elas o crédito rural condicionado a este modelo, medidas que causaram uma forte expulsão do povo do campo brasileiro”, sustenta Débora Nunes, da coordenação nacional do MST.

Na contramão da lógica do capitalismo dos países centrais, que realizaram Reformas Agrárias como base de desenvolvimento de suas indústrias e mercados internos (a exemplo de EUA e Alemanha), no Brasil o modelo político permeado pela velha oligarquia latifundiária impediu qualquer divisão de terras. Não foi realizada a dita Reforma Agrária clássica.

“Passados 30 anos da criação do MST, chegamos à primeira década deste século com a compreensão de que a possibilidade da realização de uma Reforma Agrária do tipo clássica não mais se viabiliza e nem responderia as atuais necessidades dos camponeses. Com a hegemonia do agronegócio sobre a agricultura, os desafios colocados estão em outro patamar e isso exige que nossas proposições também estejam”, completa Débora.

Segundo Débora, o programa agrário defendido hoje pelo MST ainda se funda na divisão e democratização das terras, ampliando o acesso a este meio de produção fundamental para a massa Sem Terra, mas vai além deste primeiro passo.

Reforma Agrária Popular: um contraponto ao sistema

A chamada Reforma Agrária Popular, defendida pelo MST, busca responder às demandas da conjuntura atual. Débora se refere ao programa não como uma cartilha a ser seguida, mas como uma ferramenta que orienta a militância e dialoga com a sociedade o que o movimento quer para o Brasil.

“O MST apresenta um programa agrário que extrapola a reivindicação de condições e medidas corporativas apenas para os camponeses. Apresenta-se como uma alternativa aos problemas estruturais do campo e de toda a sociedade brasileira”, diz.

Indo além da concepção de democratização do acesso à terra, o MST, através da luta por uma Reforma Agrária Popular, tem avançado no confronto ao modelo do Capital no campo em outras frentes: na ressignificação do trato dado pela sociedade à natureza, hoje mercantilizada; no estabelecimento de novas relações de produção e assumindo o desafio da transição para uma nova matriz tecnológica no campo, a agroecologia; e na

disputa das instituições do Estado para que estas reorientem sua atuação, que hoje apenas privilegia o agronegócio, em detrimento da agricultura camponesa.

“O processo de agroindustrialização defendido e praticado pelo MST, por exemplo, dentro do contexto de Reforma Agrária Popular, tem confrontado a forma de apropriação capitalista da indústria agrícola convencional, bem como suas formas de gestão – além de estar circunscrito a um projeto de sociedade”, explica Débora.

O movimento tem, num processo de lutas e conquistas, confrontado e pautado o Estado, como ente público coletivo, para que cumpra seu papel decisivo na estruturação desta via de desenvolvimento popular para o campo que reflete em toda sociedade.

Débora afirma que “temos pressionado o Estado para que assuma esta nova política agrícola, com financiamento público da produção primária, da agroindustrialização, de implantação das infraestruturas (equipamentos, estruturas públicas, sociais e produtivas – acesso à terra, escola, telecentros, estradas, abastecimento de água e energia, mecanização etc), crédito, comercialização (com abastecimento regulado pelo estado e não desordenado pelo mercado)”, defende citando o caso da alta dos preços do tomate em 2013.

Acúmulos que preparam um salto maior

O MST tem defendido que a luta, o enfrentamento pressionando e pautando Estado e governos, tem alterado estruturas produtivas e sociais, como alicerce para mudanças maiores, em nível global na sociedade.

Seja a partir da própria divisão e uso das terras, seja no estabelecimento de concepções de trabalho associado e cooperado, ou ainda na elevação da consciência e organização de classe através de sucessivos programas de formação popular, o movimento tem acumulado forças para impulsionar as transformações sociais no campo e na cidade.

“Queremos transformar o campo num lugar melhor para se viver, tanto para quem está lá tenha esse sentimento, como para quem está na cidade saiba que o meio rural é onde se produz alimento e vida e onde o povo se coloca em marcha pra concretizar esse sonho” resume Débora.

E conclui: “no atual estágio da luta de classes é preciso inovar na percepção e no programa que esteja além do campo. Essa proposição não está restrita ao campo, é um projeto de agricultura para o campo, mas que resolveria problemas estruturais da sociedade brasileira”.

Medidas da presidenta Dilma inovam a reforma agrária – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 27/01/2014

A presidenta da República, Dilma Roussef, assinou decretos desapropriatórios que destinam mais 92 áreas ao programa de reforma agrária, além da Medida Provisória nº 636 que dispõe sobre a liquidação de créditos disponibilizados a assentados e concede

remissões. As mudanças foram publicadas, nesta sexta-feira (27), no Diário Oficial da União.

Com os decretos, são 100 novas áreas liberadas para o programa de reforma agrária, desde outubro, além de novas regras de financiamento para os assentados, solução definitiva do endividamento e titulação mais acessível. As medidas inovam a política pública de reforma agrária, que já garantiu acesso à terra a mais de 1,2 milhão de famílias em toda a sua história.

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas, avalia que com a nova metodologia para obtenção de área, instituída por meio das Portarias MDA 5, 6 e 7, a reforma agrária ganha agilidade e segurança na implantação dos assentamentos. “Para dar mais rapidez a esse processo, garantiremos assistência técnica para viabilizar o desenvolvimento da produção dos assentados e gerar renda para as famílias assentadas, conferindo a elas dignidade e promoção da paz no campo”, enfatizou.

“Essas medidas sinalizam o caminho que está tomando a reforma agrária, uma política que harmoniza o acesso à terra e um conjunto de políticas públicas viabilizadas não apenas pelo Incra, mas por todo o governo”, acrescenta o presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Carlos Guedes.

100 novas áreas para assentamentos

Os decretos destinam à reforma agrária 193.566,21 hectares em 16 estados. Juntas, as oito áreas decretadas em 25 de outubro passado, e as 92 publicadas hoje, têm capacidade para receber 4.670 famílias de trabalhadores rurais. O Incra investirá R\$ 267,1 milhões na indenização dos imóveis aos proprietários ainda em 2014. O pagamento da terra nua é feito por meio de Títulos da Dívida Agrária (TDAs) e as benfeitorias são pagas em dinheiro. O pagamento é feito no momento em que a autarquia ingressa na Justiça com o pedido da posse do imóvel para criar o assentamento.

Levantamento feito pela Diretoria de Obtenção de Terras do Incra que resultou nos decretos apontou a utilização, em média, de apenas 22,2% das áreas utilizáveis dos imóveis. Em 50 deles não havia qualquer atividade produtiva desenvolvida pelos proprietários.

No entanto, a análise agrônômica comprova que elas estão aptas a produzir alimentos e que o aumento do seu valor de mercado é significativo. A valorização da terra nas regiões em que estão inseridas alcançou 73,6% em 36 meses, entre julho de 2010 a agosto de 2013, segunda a tabela FNP. No período, a valorização de terras no Brasil atingiu 68,3%. "Isso demonstra que as áreas são viáveis. As terras dessas regiões estão valorizadas e a reforma agrária vai cumprir seu papel de produzir alimentos, diversificar a produção e gerar ocupação e renda", explica o diretor de Obtenção de Terras, Marcelo Afonso.

Políticas Públicas

As novas famílias atendidas deverão estar no CadÚnico e os assentamentos serão regularizados conforme a Resolução Conama 458/13, por meio do Cadastro Ambiental Rural. Com a terra, o Governo Federal garantirá assistência técnica e iniciará os investimentos das demais políticas públicas, como os programas Minha Casa, Minha Vida (MCMV), Água para Todos e Luz para Todos, em cronograma previsto já nas portarias de criação dos assentamentos.

Assistência técnica

De imediato, a assistência técnica vai chegar a 73 dos futuros assentamentos. Atualmente, o Incra garante esses serviços a 306 mil famílias e a projeção é a de beneficiar outras 100 mil famílias em 2014, fazendo com que todos os novos beneficiários contem com assistência técnica.

Dados da Diretoria de Desenvolvimento de Assentamentos da autarquia apontam que em até cinco anos as famílias poderão gerar um valor da produção equivalente a dois salários mínimos mensais, uma vez que na região onde se localizam as áreas desapropriadas, a média do valor da produção da agricultura familiar chega a 3,7 salários mínimos mensais. “Essa estimativa nos permite afirmar que esses projetos poderão gerar um valor bruto de produção de aproximadamente R\$ 81 milhões ao ano quando estiverem produzindo excedentes”, diz Cesar Aldrighi, diretor de Desenvolvimento de Assentamentos.

Com base no Censo Agropecuário 2006, cada lote de reforma agrária deverá ocupar, em média, 2,8 pessoas. Com isso, estima-se que mais de 13 mil pessoas estarão envolvidas com o trabalho familiar, produzindo alimentos que chegam todos os dias à mesa dos brasileiros.

Novo Crédito Instalação

Para garantir a segurança alimentar, gerar excedentes e aumentar o valor da produção, a Medida Provisória (MP) publicada nesta sexta-feira institui o novo Crédito Instalação, a ser regulamentado com condições mais favoráveis que as atuais formas de operação e aplicado ainda em 2014.

O depósito do crédito será feito diretamente na conta do beneficiário e não mais na conta de uma associação de assentados, como ocorria antes. Historicamente, o Incra realizava entre 30 mil e 40 mil operações do Crédito Instalação anualmente. A expectativa da autarquia é a de triplicar esse número, chegando a 100 mil operações no próximo ano.

Solução do endividamento para assentados e agricultores familiares

A MP também apresenta solução definitiva para o endividamento nas diferentes linhas de crédito para a reforma agrária e agricultura familiar. Estimativas do Incra apontam que, aproximadamente 10 milhões de hectares de áreas reformadas poderão aumentar a

produção e produtividade com as novas condições de negociação, e acesso a novos créditos.

O Crédito Instalação financiou desde 1985, quando foi criado, R\$ 11 bilhões em investimentos como habitação, apoio à instalação, produção e infraestrutura básica. E 75% desse valor (R\$ 8,3 bilhões) foram aplicados nas modalidades Aquisição de Materiais de Construção e Recuperação/Materiais de Construção, totalizando 930 mil operações.

Para solucionar essa questão, a MP atualiza o saldo devedor a uma taxa de 0,5% ao ano, concedendo os mesmos descontos e prazos que são garantidos aos beneficiários do Grupo 1 do Programa Minha Casa, Minha Vida. Com isso, o assentado pagará 4% do saldo devedor, dentro de quatro anos, em parcelas limitadas a R\$ 250 anuais.

Em relação às demais modalidades do Crédito Instalação, a Medida Provisória estabelece a remissão das dívidas de até R\$ 10 mil por beneficiário. Quem deve acima deste valor, terá rebate de 80% sobre o saldo devedor, mais R\$ 2 mil de bônus fixo. As dívidas dessas categorias somam R\$ 2,7 bilhões, concedidos em mais de 1 milhão de operações.

Titulação de assentamentos

A titulação é um direito da família assentada, e a Medida Provisória traz condições mais favoráveis para acesso ao título da terra. A Medida Provisória traz como regra a isenção para lotes de assentamentos criados em terras públicas federais, até o limite de um módulo fiscal – mesmo tratamento assegurado pelo Programa Terra Legal, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Já para os lotes de imóveis desapropriados ou adquiridos por compra direta por parte do Incra e destinados às famílias assentadas, será usado como parâmetro o valor mínimo de planilha referencial de preço do Incra, além da aplicação de índices redutores a serem definidos em regulamento.

Procera e PAA

As dívidas do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (Procera) também serão remitidas quando forem até R\$ 10 mil, para as operações com recursos do Orçamento Geral da União. Os valores acima de R\$ 10 mil terão rebate de 80% e mais R\$ 2 mil de bônus fixo, a serem definidos por meio de decreto. Encerradas as negociações, será extinto o Fundo Contábil do Procera. São 81,8 mil operações, envolvendo recursos de R\$ 784 milhões.

Assentados e agricultores familiares que participaram do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) - Compra Antecipada nos anos de 2003 e 2004 também terão as dívidas remitidas até o valor de R\$ 2,5 mil originalmente contratado. A medida refere-se a 44,5 mil operações e recursos de R\$ 91,4 milhões.

Pronaf

As operações do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) dos grupos A e A/C realizadas entre 1999 e 2010 também serão liquidadas com rebate até 80% do saldo devedor. O Conselho Monetário Nacional (CMN) definirá metodologia para atualização, prazos e demais condições da negociação. A medida irá beneficiar 203 mil assentados.

Já os valores renegociados terão rebate até 50% sobre o saldo devedor para os assentados das regiões Norte e Nordeste e até 45% nas demais regiões. As condições da renegociação também serão definidas pelo CMN. O valor das 233 mil operações feitas chega a R\$ 2,4 bilhões.

As dívidas do Pronaf C/D e E contratadas até 2008, nas quais o tomador esteja inadimplente desde 22 de novembro de 2011 também serão renegociadas. Para a liquidação será concedido rebate até 65% sobre o saldo devedor atualizado até R\$ 10 mil e autoriza as instituições bancárias a concederem bônus adicionais.

A metodologia, prazos e demais condições para a liquidação serão definidos pelo CMN. A medida beneficia 512 mil agricultores familiares dos quais 145 mil são assentados. Foram 513 mil operações envolvendo recursos de R\$ 1,4 bilhão, em valores atualizados.

MST, 30 anos: muito além da distribuição de terras. Igor Carvalho e Glauco Faria – Site do MST. 28/01/2014

Da Revista Fórum

Com presença em 23 estados, além do Distrito Federal, e com mais 900 assentamentos que abrigam 150 mil famílias, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) completou 30 nesta semana.

Criado em um encontro nacional que reuniu 80 trabalhadores do campo em Cascavel, no Paraná, em 22 de janeiro de 1984, o movimento já realizou, ao longo de sua história, mais de 2,5 mil ocupações, acumulando duas mil escolas instaladas em assentamentos, além de outras conquistas como acesso a crédito para a produção.

Em entrevista exclusiva à Fórum, João Pedro Stedile, membro da coordenação nacional do MST, falou sobre os novos rumos do movimento e da luta no campo. “

Os parâmetros das mudanças propostas pela reforma agrária popular significam reorganizar os bens da natureza e a produção agrícola para, em primeiro lugar, produzir alimentos saudáveis para todo o povo.

Produzir com base na matriz da agroecologia, em equilíbrio com a natureza e sem o uso de venenos agrícolas. Implementar agroindústrias na forma de cooperativas, para beneficiar os alimentos e aumentar a renda dos trabalhadores do campo”, aponta.

Stedile também criticou o atual ritmo das desapropriações de terra no Brasil. “No governo Dilma, esse processo está totalmente paralisado, fruto de uma correlação de forças mais adversa, pela base social e política que compõe o governo, e por uma incompetência operacional impressionante dos setores que atuam no governo.” Confira a íntegra da entrevista a seguir.

Nestes 30 anos, bancada ruralista e parte da mídia tradicional combateram, às vezes de forma pouco sutil, o MST. Como o senhor vê a atuação desses dois grupos?

O capital está adotando um modelo de exploração da agricultura que se chama agronegócio. Nesse modelo, há uma nova aliança das classes dominantes, que aglutina os grandes proprietários, as empresas transnacionais e a mídia burguesa.

Eles usam todos os seus instrumentos, como o Poder Judiciário e o Congresso, para defender sua proposta, desmoralizar a reforma agrária e toda luta social no campo.

Boa parte da estagnação e dos retrocessos na questão agrária estão relacionados não apenas ao Executivo, mas também ao agronegócio, muito representado no Congresso Nacional. Nesse sentido, o senhor entende que é essencial uma reforma política? Quais pontos seriam fundamentais para serem mudados?

O Brasil vive uma crise política. Crise política no sentido de que o povo e a classe trabalhadora não têm controle sobre os que deveriam ser seus representantes nas esferas políticas do Estado.

Essa distorção se dá pelo financiamento privado das campanhas eleitorais, cada vez mais caras, e pela manipulação ideológica do monopólio dos meios de comunicação, sobretudo pela televisão.

Assim, os eleitos respondem apenas aos interesses da classe que os financia, em vez daqueles que votaram neles. É preciso mudar as regras da política, para voltarmos a ter uma democracia representativa séria em que o povo possa acreditar.

Então, a reforma política é para modificar muitos aspectos desse processo, e vai desde a forma de escolher os candidatos, de financiar as campanhas, os compromissos, os tempos de mandato e o direito do povo de convocar por conta própria plebiscitos populares para julgar questões candentes, até revogar mandatos de eleitos que descumprirem os compromissos assumidos com o povo.

Porém, esses detalhes da reforma política, que não estão claros para todos ou mesmo não tendo unidade entre as forças populares, precisam ser aprofundados, justamente num amplo debate político com a população.

Por isso, estamos articulados numa ampla plenária de todos os movimentos sociais brasileiros que tiraram como missão comum realizar neste ano um grande mutirão para debater com a população que tipo de problemas temos na política e que tipo de reforma precisamos fazer.

Na semana do 7 de setembro, vamos realizar um plebiscito popular para que a população vote se é necessário ou não convocar uma Assembleia Constituinte, soberana e exclusiva para implementar uma reforma política. Essa será nossa tarefa nos próximos meses.

O congresso nacional do MST, em 2014, falará sobre o programa Reforma Agrária Popular, construído internamente pelo movimento. Como o movimento vai se organizar para enfrentar o agronegócio?

O agronegócio é um modelo de produção agrícola do capital, que exclui a população. Constitui uma nova classe dominante, mais forte e mais complexa.

Daqui em diante, as mudanças no campo, para a construção de um novo modelo agrícola que produza alimentos saudáveis, que não agride a natureza, que distribua renda e represente desenvolvimento para nosso povo, depende de uma aliança de toda classe trabalhadora. Por isso, nossas táticas devem incluir a aliança com a classe trabalhadora na cidade, com os jovens e todos os movimentos sociais urbanos.

Antigamente, o que se via no MST era prioritariamente a busca pela distribuição de terra. Hoje, há uma preocupação, também, com a infraestrutura dos assentamentos e por acesso à tecnologia na produção agrícola. A defesa do meio ambiente, pensando em modelos de produção que não sejam agressivos à natureza, é a próxima bandeira do movimento?

Exatamente. Houve uma mudança nos últimos anos em nosso programa agrário e construímos o que chamamos de proposta de reforma agrária popular.

No período anterior, dominado pelo capitalismo industrial, havia ainda a possibilidade de uma reforma agrária do tipo clássico, que representava democratizar a propriedade da terra e integrar o campesinato nesse processo.

Porém, agora a economia mundial é dirigida pelo capital financeiro e internacionalizado. No campo, esse modelo implementou o agronegócio, que exclui e expulsa os camponeses e a mão de obra do campo.

Agora, não basta apenas distribuir terra, até porque o processo em curso é de concentração da propriedade da terra e desnacionalização.

Os parâmetros das mudanças propostas pela reforma agrária popular significam reorganizar os bens da natureza e a produção agrícola para, em primeiro lugar, produzir alimentos saudáveis para todo o povo.

Produzir com base na matriz da agroecologia, em equilíbrio com a natureza e sem o uso de venenos agrícolas. Implementar agroindústrias na forma de cooperativas, para beneficiar os alimentos e aumentar a renda dos trabalhadores do campo.

E incluir a democratização da educação como uma necessidade do desenvolvimento social. Não se pode admitir que ainda tenhamos 18 milhões de trabalhadores adultos analfabetos, e a maioria está no campo.

O senhor falou, recentemente, da união de forças entre MST e a população indígena. Acredita que, unindo forças com os índios, a luta por terra ganharia outra dimensão no país?

A classe trabalhadora tem de defender a causa indígena. Os povos indígenas vem sendo massacrados pela ofensiva do capital, que quer também suas terras e riquezas, em especial na fronteira econômica do agronegócio, como Mato Grosso do Sul, sul da Bahia e Maranhão.

Os povos indígenas, apesar deterem seus direitos garantidos pela Constituição, são minoritários e não têm força de, sozinhos, enfrentarem o poder do capital. Por isso, renovo o apelo: que todo o povo, em especial os setores organizados da classe trabalhadora, defendamos os povos indígenas.

É uma forma, inclusive, de pagamento da nossa dívida histórica, com os nossos avós históricos, que sempre foram os zeladores da natureza para que chegássemos aonde estamos.

Estamos em um ano eleitoral. Como o MST irá se posicionar nessas eleições?

O MST tem uma tradição histórica de nunca se posicionar enquanto movimento social por um ou outro candidato. Sempre nos posicionamos em torno da necessidade de defender projetos populares.

Procuramos conscientizar a nossa base, para que tenha visão política e vote nos candidatos e projetos que representam os interesses do povo e derrotem os setores elitistas. Esse comportamento individual, como cidadão consciente, vai se manter nas próximas eleições.

De que forma o senhor vê a evolução da reforma agrária nos governos Lula e Dilma?

A reforma agrária, do ponto de vista conceitual, é um amplo programa de Estado que consegue democratizar o acesso à terra e eliminar o latifúndio, como está até na nossa lei.

Porém, nunca houve reforma agrária no Brasil. Nós tivemos apenas programas pontuais de criação assentamentos, frutos da luta direta e da pressão social, que obriga os governos a desapropriar algumas fazendas e as transformarem em assentamentos.

No governo Lula, ainda se manteve um ritmo razoável de desapropriações pontuais, embora parecido com o governo FHC. No governo Dilma, esse processo está totalmente paralisado, fruto de uma correlação de forças mais adversa, pela base social e política que compõe o governo, e por uma incompetência operacional impressionante dos setores que atuam no governo.

Não me canso de dar um exemplo que chega a ser patético: a presidenta Dilma se comprometeu com o movimento de assentar as famílias sem terra do Nordeste nos perímetros irrigados de projetos do governo.

Existem atualmente 86 mil lotes vagos em projetos antigos, onde o governo já investiu milhões, tem água e terra. Basta levar as famílias. E nada acontece. Ou seja, poderíamos assentar imediatamente 86 mil famílias em área irrigada, com garantia de produção que resolveria a situação de grande parte dos acampamentos do Nordeste.

Há uma expectativa sobre como vão se comportar os movimentos sociais durante a Copa do Mundo no Brasil. O MST irá às ruas? Qual a posição do movimento em relação ao Mundial?

Há muitos setores sociais da juventude que certamente vão se mobilizar. Estaremos juntos com todas as mobilizações que representem lutas por melhores condições de vida de nosso povo.

O lugar privilegiado do povo é fazer política com mobilização nas ruas. Somente pela mobilização poderemos alcançar mudanças. Elas nunca virão do Congresso ou pela vontade iluminada de governantes.

Porém, espero que as mobilizações comecem logo. Não necessitemos casar a luta por melhores condições de vida com o período da Copa. No período da Copa, corremos o risco do povo em geral não gostar e não aderir. Todos queremos ver a Copa e, por outro lado, corremos o risco de reduzir as mobilizações a denúncias do valor das obras.

Cá entre nós, mesmo os valores exagerados gastos em algumas obras e reformas representam muito pouco perto dos bilhões repassados pelo governo todo dia no pagamento dos juros aos banqueiros.

Nossa luta deve ser para que os recursos públicos, hoje reservados pelo superavit primário para pagamento dos juros – que só engordam os especuladores e o capital financeiro – sejam destinados para investimentos necessários em educação, saúde, transporte público e reforma agrária.

Incra/SE assegura primeiros imóveis em 2014 para a criação de assentamentos – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 31/01/2014

A Superintendência Regional do Incra em Sergipe (Incra/SE) assegurou nessa quinta-feira (30) a conquista dos dois primeiros imóveis rurais do ano que serão revertidos para a criação de projetos de assentamento.

As antigas Fazendas Karacatu, no município de Itapicuru, e Canas, em Ribeira do Amparo, tiveram suas posses repassadas à autarquia federal em ato público realizado nos próprios imóveis. Além de responder por todas as ações e programas relacionados à reforma agrária e ao ordenamento fundiário em Sergipe, a superintendência sergipana

do Incra atua, também, em uma área composta por 16 municípios baianos que fazem divisa com o território sergipano.

Juntas, as duas áreas possuem 1.086,8 hectares de extensão e serão utilizadas para o assentamento de 51 famílias. “São conquistas importantes, alcançadas logo no início do ano, e que dão seguimento a um trabalho que teve resultados muito expressivos em 2013. Duas novas áreas que garantem avanços da reforma agrária nessa região e que irão contribuir não apenas para uma distribuição fundiária mais justa e uma melhoria da qualidade de vida das famílias, mas, também, para o próprio dinamismo econômico dos seus municípios”, analisou Leonardo Góes, superintendente regional do Incra/SE.

Potencial produtivo e próximas etapas

Para garantir a viabilidade econômica dos projetos de reforma agrária que serão criados nas áreas das antigas fazendas Karacatu e Canas, o Incra/SE realizou estudos que apontaram os potenciais produtivos dos imóveis rurais.

Em ambas as áreas, as características locais permitem o desenvolvimento de diversas culturas, com ênfase para os cultivos de mandioca e de frutas como o caju, no caso do futuro assentamento em Itapicuru, e o melão, na área localizada em Ribeira do Amparo. A criação de animais de pequeno e grande porte também poderá contribuir para a constituição da renda das famílias.

“São áreas com bom potencial produtivo e que, com o apoio das equipes do nosso programa de assistência técnica, serão bem exploradas pelas famílias assentadas”, afirmou André Luiz Bomfim Ferreira, chefe da Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Assentamentos do Incra/SE.

Após a criação dos assentamentos, no próximo mês, o Incra promoverá a inscrição das famílias assentadas no Cadastro Único (CadÚnico), para assegurar aos agricultores o acesso a um conjunto de programas sociais desenvolvidos pelo governo federal.

Além de assegurar a manutenção das áreas de reserva legal existentes nos imóveis, a autarquia federal também irá garantir a regularização ambiental dos futuros assentamentos com a sua inscrição no Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais (Cefir), mantido pelo governo do Estado da Bahia. (Material atualizado às 9h56min, de 03.02.2014)

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Catia Grisa, Claudia Job Schmitt, Fábio Luiz Búrigo,
Georges Flexor, Jorge Romano, Karina Kato,
Lauro Mattei, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado,
Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Silvia Zimmermann

Assistentes de Pesquisa

José Renato S. Porto, Valdemar João Wesz Junior

Secretária

Diva de Faria

op
pa **Observatório de Políticas**
Públicas para a Agricultura

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214

Fax: 21 2224 8577 – r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa